

---

## O SIMEC/SISPACTO/2014 E A 2ª EDIÇÃO DA ANA/2014 EM MATO GROSSO: ALGUMAS INCONSISTÊNCIAS NUMÉRICAS OBSERVADAS

---

Ângela Rita Christofolo de Mello

### Resumo

Este manuscrito tem como objetivo problematizar inconsistências observadas em relação ao quantitativo de alfabetizandos que realizaram as avaliações editadas no Sistema Integrado de Monitoramento e Controle (SIMEC)/Sistema de Monitoramento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (SISPACTO) em 2014, comparadas as avaliações editadas via Instituto de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP)/Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA/2014). O artigo contextualiza aspectos de uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizada no âmbito de um estágio de pós-doutorado que investigou a progressão dos alfabetizandos de Mato Grosso matriculados no 3º ano do ciclo, publicizadas nos referidos Sistemas. Os dados que compõem o *corpus* da análise sinalizam, dentre outros aspectos que as inconsistências podem indicar a preocupação das instituições educativas em comprovar metas estabelecidas por organismos internacionais e nacionais, resultantes de amplas negociações, com vistas a assegurar melhores resultados estatísticos e melhores posições para o país em *rankings* mundiais.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Avaliações. SIMEC/SISPACTO. INEP/ANA.

### Introdução

A intencionalidade desse manuscrito é apresentar dados parciais de uma pesquisa realizada com o objetivo de analisar as avaliações internas<sup>1</sup> e externas<sup>2</sup>, justapostas aos estudantes matriculados no último ano do ciclo da alfabetização em Mato Grosso no final de 2014, editadas por meio do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC)/Sistema de Monitoramento para o Curso de Formação para os Orientadores de Estudo vinculados ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (SISPACTO) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP)/Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Nos últimos anos o INEP divulgou que o percentual de estudantes concluintes do Ensino Fundamental no Brasil, sem consolidar o processo de alfabetização era expressivo. Diante dessa

---

<sup>1</sup> Especificamente no caso dessa pesquisa, por avaliação interna compreende-se àquela realizada pelos professores alfabetizadores, vinculados ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Em 2013 essa avaliação foi realizada apenas no final do ano, em 2014 no início e no final do ano, junto aos estudantes regularmente matriculados no ciclo da alfabetização e avaliou 11 direitos de aprendizagem de Língua Portuguesa e 17 direitos de aprendizagem de Matemática, descritos como “agrupadores” no SIMEC/SISPACTO. O resultado dessas avaliações, correspondentes às turmas matriculadas no ciclo da alfabetização foi inserido no SIMEC/SISPACTO pelos seus respectivos professores.

<sup>2</sup> Por avaliações externas, compreendem-se as realizadas em larga escala pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e demais instâncias nacionais e internacionais. No caso dessa pesquisa, à Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), editada em 2013 e 2014 pelo INEP que avaliou a progressão dos estudantes matriculados no último ano do ciclo da alfabetização.



realidade, o Ministério da Educação (MEC) institucionalizou o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) no final de 2012, com o objetivo de permitir que todas as crianças brasileiras consolidassem o processo de alfabetização até o final do 3º ano do 1º Ciclo, e, com isso, assegurar esse direito. Essa institucionalização balizou o compromisso político junto ao Distrito Federal, aos Estados e municípios brasileiros que compactuaram com os objetivos delineados pelo MEC (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, monitoradas pelo MEC, as ações traçadas pelo PNAIC efetivaram-se por meio do trabalho realizado pelas Universidades Públicas e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação do país. Em Mato Grosso, a Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Rondonópolis (UFMT/CUR), por meio da institucionalização de um projeto de extensão no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), assumiu a coordenação geral do PNAIC e iniciou as ações em janeiro de 2013. As avaliações concernentes aos direitos de aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática, publicadas no SIMEC/SISPACTO, parcialmente sistematizadas e analisados nesse artigo, foram concedidas por essa coordenação em abril de 2015, ocasião em que realizávamos um estágio de pós-doutoramento, no âmbito do Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD), por meio do PPGEdu dessa instituição.

Os indicadores sistematizados e analisados informam, dentre outros aspectos, inconsistências em relação ao número de alfabetizandos matriculados no 3º ano do ciclo da alfabetização que realizou as avaliações internas de Língua Portuguesa e de Matemática, inserido no SIMEC/SISPACTO pelos professores alfabetizadores de Mato Grosso, quando comparado ao quantitativo de estudantes que realizou a avaliação externa editada pelo INEP/ANA/2014.

Diante desse contexto questionamos: por que o número de estudantes matriculados no 3º ano do ciclo, que fizeram as avaliações internas, pautadas nos direitos de aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática, elaboradas e realizadas pelos seus respectivos professores, com os resultados alocados no SIMEC/SISPACTO/2014 não corresponderam ao quantitativo de estudantes matriculados no último ano do ciclo que realizaram a 2ª Edição da ANA em 2014, divulgados pelo INEP/ANA em 2015, das respectivas turmas? Por que esses números revelaram inconsistências observadas entre o quantitativo de alfabetizandos que participaram das duas avaliações no que diz respeito à Língua Portuguesa: leitura e escrita e à Matemática?



## 1. As avaliações internas e externas realizadas na educação brasileira nos últimos anos<sup>3</sup>

Nesse item apresentamos uma síntese do panorama das avaliações realizadas no interior das escolas públicas brasileiras pela própria instituição e seus respectivos professores que aconteceram no contexto do PNAIC, como também das avaliações em larga escala autorizadas pelo INEP/SAEB e seus agentes externos, a exemplo da ANA, com edições em 2013 e 2014 para os estudantes brasileiros matriculados no último ano do Ciclo da Alfabetização.

Julgamos relevante problematizar que as referidas avaliações geralmente são criticadas por pesquisadores, principalmente as avaliações externas. Isso porque, como afirma Mortatti (2013) essas são alinhadas “aos princípios políticos subjacentes às metas estabelecidas por organismos multilaterais” (p. 22/23). Essa condição tende a provocar no interior das escolas públicas, intervenções docentes repetitivas e limitadas aos modelos disponibilizados por esta política, em atenção aos indicadores estabelecidos e aos prazos definidos. Além disso, são muitas as tensões desencadeadas por estas avaliações, principalmente, ao ferir a autonomia intelectual dos professores e, por conseguinte, culpabilizá-los pelo fracasso do sistema educacional brasileiro.

### 1.1. As avaliações em larga escala realizadas no Brasil via INEP/SAEB e a ANA

De acordo com as informações disponíveis no histórico do *site* do INEP<sup>4</sup>, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) configurou-se por um conjunto de avaliações externas editadas em larga escala, com o objetivo de avaliar o sistema educacional brasileiro. Para tanto, de acordo com os critérios estabelecidos pelo INEP/SAEB, os fatores que afetam a aprendizagem dos estudantes também seriam avaliados. Com isso, o INEP/SAEB forneceriam informações que permitiriam analisar a qualidade da educação brasileira ofertada. Essas seriam tomadas como referências para as ações de formulação, reformulação e acompanhamento das políticas públicas educacionais no âmbito dos governos federal, distrital, estaduais e municipais, com vistas à melhoria da qualidade da educação brasileira.

Todavia, como afirma Mortatti (2013), os indicadores apresentados nos resultados das referidas avaliações traduzem a “qualidade da educação brasileira”, sempre questionada pelos pesquisadores. Isso porque, em defesa dessa qualidade “o direito subjetivo à alfabetização se torna dever e obrigação para as crianças e para os pais, com ‘motivações’ externas e trabalhosas, frutos de

<sup>3</sup> Para melhor compreensão dos indicadores educacionais descritos nesse item, ler a dissertação de mestrado de FONSECA, Gilson Luiz Bretas. **Qualidade dos Indicadores Educacionais para Avaliação de Escolas e Redes Públicas de Ensino Básico no Brasil**. O objetivo desta dissertação foi avaliar a qualidade dos indicadores educacionais utilizados no país para avaliar a educação básica. As questões colocadas foram: Quais são os principais indicadores, qual a sua validade e o quanto são fidedignos?

<sup>4</sup> <http://portal.INEP.gov.br/web/SAEB/historico>, acesso em 17/05/2015.



amplas negociações, visando a garantir melhores resultados estatísticos e melhores posições para o país em *rankings* mundiais?” (MORTATTI, 2013, p. 24/25). Nessas condições, a qualidade estabelecida pela política neoliberal busca atender aos interesses mercadológicos, assim:

Forja-se [...] uma ideia de qualidade marcada por uma perspectiva produtivista, pois escola de qualidade passa a ser sinônimo de uma escola que consegue, com recursos limitados, atingir determinadas metas mensuráveis, referentes, sobretudo, ao fluxo escolar e à inculcação, por parte dos alunos, de determinados conteúdos previamente selecionados das disciplinas que são tradicionalmente trabalhados nas escolas (NAJJAR, 2006, p. 161).

Desse modo, a qualidade estabelecida por essa política diverge da defendida pelos estudiosos, pesquisadores e profissionais da educação que lutam para que todas as pessoas tenham o direito de se apropriarem proficientemente do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) e, conseqüentemente, dos conhecimentos escolares.

A primeira edição da avaliação realizada pelo SAEB foi no ano de 1990. Na ocasião, uma amostra de estudantes de escolas que ofertavam as 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do Ensino Fundamental das escolas públicas da rede urbana foram avaliados em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Apenas os estudantes matriculados nas 5ª e 7ª séries também foram avaliados em redação. As avaliações da 2ª edição do SAEB, realizadas no ano de 1993, tiveram a mesma organização anteriormente descrita.

A terceira edição do SAEB aconteceu em 1995 e avaliou estudantes matriculados nos anos finais dos ciclos da Educação Básica, os quais correspondiam aos atuais 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio. Nesse ano, as avaliações se estenderam também, as redes particulares e não se avaliou a aprendizagem dos estudantes em Ciências. O Sistema adotou a Teoria de Resposta ao Item (TRI), uma metodologia de construção do teste e análise de resultados que possibilitaria a comparação entre os resultados das avaliações aqui contextualizadas, ao longo dos anos.

Essa estrutura permaneceu nas avaliações editadas pelo SAEB nos anos de 1997 e 1999 em que os estudantes dos referidos anos foram avaliados em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Já os estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Médio foram avaliados em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia.

Como indica essa síntese, de 1990 a 2003 as provas do SAEB foram editadas com intervalos de dois anos, amostralmente. Os resultados das escolas sorteadas geraram informações correspondentes às unidades da federação e demais regiões brasileiras. Uma observação interessante informada no histórico do INEP/SAEB é que a partir da edição de 2001, o Sistema avaliou apenas as áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Regularidade que se manteve nas avaliações editadas em 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011, realizadas por esse Sistema.



A Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, reestruturou o SAEB. A partir desse ano o Sistema passou a realizar duas avaliações: A Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), a última conhecida como Prova Brasil.

A Aneb manteve a avaliação por amostragem e atendeu aos critérios estatísticos de avaliar no mínimo 10 estudantes por turma, das redes públicas e privadas. Seu foco foi a gestão da Educação Básica, até então realizada no SAEB.

A Anresc (Prova Brasil), por sua vez, passou a avaliar as escolas brasileiras que atendessem a critérios de quantidade mínima de estudantes matriculados no ano avaliado. Essa decisão permitiu a geração de resultados por escola. Assim, a referida avaliação foi pensada para atender a demanda dos gestores públicos, educadores, pesquisadores e da sociedade em geral sobre a realidade da qualidade da educação ofertada em cada escola. O seu objetivo seria auxiliar os governos nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, e a comunidade escolar no estabelecimento de metas e na implantação de ações pedagógicas e administrativas, com vistas à melhoria da qualidade do ensino.

A decisão censitária de 2005 definiu as escolas públicas com no mínimo 30 estudantes matriculados nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental como público alvo da Anresc (Prova Brasil). A metodologia utilizada nessa avaliação foi similar à utilizada na avaliação amostral, com testes de Língua Portuguesa e Matemática e foco em leitura e resolução de problemas.

Em 2007, a Anresc (Prova Brasil) incluiu as escolas públicas rurais que ofertavam os anos iniciais (5º ano) com no mínimo de 20 estudantes matriculados. Na edição de 2009, o 9º ano também foi incluído na avaliação. A partir dessa edição, a Anresc (Prova Brasil) passou a ser realizada em conjunto com a Aneb, edição amostral do SAEB, com a utilização dos mesmos instrumentos. Essa estrutura permaneceu e, em 2011, 55.924 escolas públicas foram avaliadas pelo SAEB/Anresc e 3.392 escolas públicas e particulares foram amostralmente avaliadas pelo SAEB/Aneb. Os resultados estão disponíveis em "SAEB/Prova Brasil 2011: primeiros resultados"<sup>5</sup>.

A partir do ano de 2013, com a publicação da portaria nº 482, de 7 de junho de 2013, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), passou a fazer parte do SAEB. Outra inovação dessa edição foi a inclusão, em caráter experimental, da avaliação de Ciências, realizada com os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. Desse modo, o INEP, por meio do SAEB, passou a realizar a partir de 2013, três avaliações externas em larga escala. Contudo, a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/Prova Brasil) são realizadas a cada dois anos. Vale ressaltar que a Aneb é realizada a cada dois anos com amostras de

---

<sup>5</sup> Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/prova\\_brasil\\_saeb/resultados/2012/Saeb\\_2011\\_primeiros\\_resultados\\_site\\_Inep.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/resultados/2012/Saeb_2011_primeiros_resultados_site_Inep.pdf). Acesso em 17/05/2015.



estudantes das redes públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio, tendo como principal objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira. Esta avaliação apresenta os resultados do país como um todo, das regiões geográficas e das unidades da federação.

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), realizada a partir de 2013 pretendia ser anual, porém, em 2015, o INEP divulgou uma nota de suspensão temporariamente das suas edições. No ano de 2016, o INEP/SAEB realizou a terceira edição da ANA. O seu resultado, em março de 2017, ainda não estava publicado.

Entretanto, a análise de Mortatti (2013) demonstra que os resultados editados pelo INEP/ANA (BRASIL, 2015), podem soterrar o desejo ingênuo das crianças, dos jovens e dos adultos aprenderem a ler, a escrever e a interpretar a realidade em que vivem. Isso porque, “vêm-se discutindo e propondo soluções somente para problemas que, em âmbito sistêmico, conseguem se formular como tais e cuja formulação já contém as possibilidades de respostas disponíveis” (p. 25). Nesse sentido, problematizamos se não estaria em tempo de os idealizadores dessas políticas não mais culpabilizar os seus implementadores e analisar, em quais condições, bem como pautadas em quais ideologias, essas se efetivam, visto que, segundo Goodson (2008), durante muitos anos criaram-se discursos em torno da inércia dos professores frente às mudanças. Os consensuados discursos sempre foram em função das reformas impostas de cima para baixo aos sistemas escolares, sem, todavia considerar a história de vida, as experiências, as missões, a carreira e os próprios interesses dos profissionais docentes. A esse respeito, Goodson (2008, p. 128) argumenta que, frequentemente, nessas reformas “[...] ‘jogam fora o bebê junto com a água do banho’, e, depois de tê-lo jogado fora, veremos que extraordinariamente difícil ressuscitar esse bebê” (GOODSON, 2008, p. 128).

Goodson (2008) argumenta, ainda, que a mudança pressupõe mobilização pessoal e profissional, os professores mudam quando conseguem estabelecer significados para aquilo que tem ligação com suas crenças e planos. Ou seja, as mudanças prescritas às escolas para cumprimento às exigências de organismos e instituições externas têm se caracterizadas numa ação de pouca contribuição na trajetória da aprendizagem e formação pessoal e profissional dos professores, uma vez que programam tais propostas simplesmente em atendimento as exigências prescritas pelos mentores das políticas públicas educacionais em prol do fortalecimento das ações que colocam os profissionais da educação, nesse caso os alfabetizadores, como os “responsáveis” pelo alto índice de alfabetizando sem a proficiência necessária para essa etapa de escolarização.

Com isso, depreendemos que as reformas impostas pelos organismos externos, dificilmente, terão sustentação no interior das escolas públicas, uma vez que os profissionais que, teoricamente, implementam tais políticas não se sentem pertencentes nem protagonistas das “mudanças”



desejadas pelos idealizadores de tais políticas reformadoras da Educação. Essas implicações podem ter correspondências com as inconsistências constatadas nos indicadores numéricos editados nos Sistemas avaliativos analisados.

## 2. A integração dos Sistemas, o monitoramento e o controle do MEC

O Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) é um portal operacional e de gestão do Ministério da Educação (MEC), que trata do orçamento e monitoramento das propostas *on-line* do governo federal na área da educação. O Sistema de Monitoramento para o Curso de Formação para os Orientadores de Estudo vinculados ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (SISPACTO) encontra-se alocado no SIMEC com a ação de registrar dados inseridos pelos coordenadores locais, orientadores de estudo e professores alfabetizadores. Nesse Sistema, foram inseridos dados relativos às atribuições do PNAIC por esse público, em consonância com a função de cada um.

Para efeito desse processo, a partir da implementação do PNAIC, os professores alfabetizadores passaram a inserir o resultado das avaliações da aprendizagem de suas turmas por conhecimento no SIMEC/SISPACTO. No final de 2013, esses inseriram as avaliações referentes aos onze direitos de aprendizagem de Língua Portuguesa, alocados por agrupadores nesse Sistema. Em continuidade as ações do Programa, no início e no final do ano de 2014, os professores alfabetizadores inseriram no referido Sistema os dados gerais da aprendizagem de suas turmas por área de conhecimento. Em Língua Portuguesa foram definidos como “agrupadores” onze direitos de aprendizagem:

1. Escreve o próprio nome;
2. Reconhece as letras do alfabeto por seus nomes;
3. Diferencia letras de números e outros símbolos;
4. Utiliza letras na escrita das palavras;
5. Escreve palavras estabelecendo algumas correspondências entre letras e seu valor sonoro, mesmo omitindo, mudando a ordem ou trocando as letras;
6. Escreve palavras com diferentes estruturas silábicas, atendendo a algumas convenções ortográficas;
7. Lê palavras formadas por diferentes estruturas silábicas;
8. Lê textos de gêneros e temáticas familiares em voz alta;
9. Compreende textos, temáticas e vocabulários familiares;
10. Produz textos escritos de gênero, temática e vocabulário familiares;
11. Participa de situações produzindo e compreendendo textos orais de gêneros e temas familiares.

Em Matemática, 17 dezesete direitos de aprendizagem foram definidos como “agrupadores”:



1. Associa a contagem de objetos (até 20), ordenados ou não, à sua respectiva representação;
2. Associa a contagem de objetos (mais que 20), ordenados ou não, à sua respectiva representação;
3. Compara e ordena números naturais
4. Compõe e decompõe números com até 3 algarismo;
5. Resolve problemas que demandam as ações de juntar, separar, acrescentar e retirar quantidades;
6. Resolve problemas que demandam as ações de comparar e completar quantidades;
7. Efetua adições e subtrações com e sem agrupamento e desagrupamento
8. Resolve problemas que envolvem as ideias da multiplicação (proporcionalidade, combinatória);
9. Resolve problemas que envolvem as ideias da divisão (participação e repartição);
10. Identifica figuras geométricas planas (quadrado, retângulo, triângulo, circunferência);
11. Reconhece representações de figuras geométricas espaciais (pirâmide, paralelepípedo, cubo) e suas planificações;
12. Utiliza corretamente as ideias relacionadas de direita de, esquerda de, acima de, abaixo de, dentro de, fora de;
13. Compara e ordena comprimentos;
14. Identifica cédulas e moedas realizando composições, decomposições e efetua troco;
15. Identifica e faz leitura de passagem de tempo em relógio digitais e de ponteiro e em calendários;
16. Realiza medições e comparações de massa, comprimento e capacidade com unidades não padronizada;
17. Identifica informações apresentadas em tabelas e gráficos, fazendo inferências.

Nesse sentido, Cardoso e Cardoso (2014) afirmam que o SIMEC/SISPACTO é um Sistema de informações criado especialmente para acompanhar e monitorar as ações do PNAIC. Especificamente, em relação à formação continuada dos alfabetizadores, o Sistema informou que em 2013, em Mato Grosso, 5.195 professores alfabetizadores finalizaram as atividades formativas ofertadas pelo PNAIC, de um universo de 5.971 cadastrados no SIMEC/SISPACTO no início do referido ano. Sendo que 120.489 alfabetizandos estiveram sob a responsabilidade desses professores, que trabalharam com 6.569 turmas.

Em 2014 de um universo de 5.554 professores inscritos no Sistema no início do ano, 4.289 concluíram as atividades de formação ofertada pelo PNAIC. Foram cadastradas 6.417 turmas no Sistema que atenderam 112.238 alfabetizandos. Deste universo, 33630 corresponderam aos estudantes matriculados nos 3º anos que tiveram suas avaliações inseridas no SIMEC/SISPACTO no final de 2014. Todavia, os números publicizados pelo INEP/ANA/2014, correspondentes às mesmas turmas, informaram que apenas um terço desses estudantes participou da sua 2ª Edição (CARDOSO e CARDOSO, 2014).





#### 4. Abordagem metodológica: as inconsistências editadas no SIMEC/SISPACTO comparadas com o INEP/SAEB/ANA em Mato Grosso

O processo de pesquisa fundamentou-se na abordagem qualitativa. Uma das características dessa pesquisa, em decorrência da sua subjetividade, é exigir que os pesquisadores se aproximem do campo que movimenta os dados, ou das informações que serão coletadas, sistematizadas e analisadas (MARCONI e LAKATOS, 2002). Desse modo, tanto as experiências decorrentes da função de professora formadora do PNAIC/UFMT/CUR/PPGEdu em 2014, como também as diversas ações realizadas no decorrer da pesquisa vinculada ao estágio de pós-doutoramento no ano de 2015 junto à referida Instituição e Programa, contribuíram com o desdobramento do processo investigativo.

Em 2013, os resultados das avaliações referentes à apropriação dos direitos de aprendizagem de Língua Portuguesa pelas crianças matriculadas nos três anos do Ciclo da Alfabetização nas escolas públicas de Mato Grosso, foram inseridos apenas no final do ano no SIMEC/SISPACTO pelos professores alfabetizadores vinculados as ações do PNAIC. Porém, não tivemos acesso ao quantitativo do Estado, uma vez que recebemos da coordenação do PNAIC/2015, apenas um quadro com os dados gerais, de todas as escolas brasileiras.

Em 2014 os resultados das avaliações concernentes aos direitos de aprendizagem de Língua Portuguesa e de Matemática foram inseridos no início e no final do ano letivo pelos professores alfabetizadores vinculados aos PNAIC. Recebemos o quantitativo dessas avaliações correspondentes ao Estado de Mato Grosso. Para sistematizá-las, compilamos os onze direitos de aprendizagem de Língua Portuguesa por ano de escolarização, inseridos no SIMEC/SISPACTO no início e no final do ano de 2014 pelos professores vinculados ao PNAIC. Todos os direitos foram compilados um a um. Primeiramente, compilamos os direitos de aprendizagem das turmas matriculadas no Ensino Fundamental de oito anos, depois, das turmas matriculadas no Ensino Fundamental de nove anos, e, por último, das turmas multisseriadas matriculadas no ciclo da alfabetização. De posse desses indicadores, calculamos o percentual de crianças que consolidaram, consolidaram parcialmente e não consolidaram cada um dos referidos direitos, nos três anos do ciclo da alfabetização. Em seguida, realizamos a mesma sistematização com os dados registrados no referido sistema pelos professores alfabetizadores dos dezessete direitos de aprendizagem de Matemática.

A título de comparação e de análise por equivalência, em um terceiro momento, sistematizamos apenas os resultados das avaliações das crianças matriculadas no 3º ano do ciclo. Para tanto, compilamos o quantitativo de crianças matriculadas apenas no 3º ano do ciclo alocadas no SIMEC/SISPACTO/2014, bem como o quantitativo de crianças que consolidaram, consolidaram parcialmente e não consolidaram cada um dos 11 direitos de aprendizagem de Língua Portuguesa e dos 17 direitos de aprendizagem de Matemática. Em seguida, sistematizamos, por equivalências, os



referidos direitos de aprendizagem do SIMEC/SISPACTO aos níveis de aprendizagem estruturados pela ANA/2014. Com isso, foi possível a estruturação disposta no quadro a seguir:

Quadro 1: Percentual de crianças matriculadas no 3º ano do ciclo da alfabetização e seus respectivos níveis/direitos de aprendizagem alocados no SIMEC/SISPACTO/2014/Final e editados pelo INEP/ANA – 2014

Escolas de Mato Grosso	INEP/ANA/2014 – Níveis de Aprendizagem*					SIMEC/SISPACTO/2014 – Direitos de Aprendizagem equivalentes**				
	N01	N02	N03	N04	N05	D	D	D	D	D
Leitura	17,51%	35,80%	35,80%	10,94%	Não há	7	8/9	11	11	Não há
						87,25%	83,60%	83,20%	83,20%	-
Escrita	7,42%	12,93%	5,34%	59,31%	14,99%	3-4	5	6	10	10
						96%	89%	86,55%	71,30%	71,30%
Matemática	20,2%	34,27%	20,70%	25,02%	Não há	1-10-11-13-15-17	3-4-5-6	2-7-8-9	todos	Não há
						78,71%	84,40%	79,56%	84,57%	-

Fonte\*: INEP, disponível: <http://ana.INEP.gov.br/ANA/>, acesso: 21 set. 2015.

Fonte\*\*: [SIMEC.gov.MEC.br/sispacto2/sispacto2.php?modulo=relatorio/relatoriospersonalizados&acao=](http://SIMEC.gov.MEC.br/sispacto2/sispacto2.php?modulo=relatorio/relatoriospersonalizados&acao=) Acesso: abril de 2015. Adaptados pela autora.

Os indicadores decorrentes dos resultados das avaliações gerais da aprendizagem dos alfabetizandos por conhecimento, tanto de Língua Portuguesa, como de Matemática publicados no SIMEC/SISPACTO/2014, foram confrontados e analisamos com os indicadores resultantes das avaliações gerais da aprendizagem editadas pela ANA em 2014, publicados pelo INEP em setembro de 2015 (BRASIL, 2015). Lembramos que a ANA avaliou apenas às crianças matriculadas no 3º ano da rede pública no final de 2013 e de 2014. Diferentemente dos resultados das avaliações realizadas pelos alfabetizadores de Mato Grosso e inseridas no SIMEC/SISPACTO, que dizem respeito a todos os estudantes matriculados no Ciclo da Alfabetização. Entretanto, ressaltamos que as inconsistências foram observadas quando nos ativemos aos dados correspondentes apenas as avaliações dos estudantes matriculados nos 3º anos do ciclo, inseridas no SIMEC/SISPACTO/2014.

Dentre as críticas e as resistências que os resultados das avaliações realizadas em larga escala e as avaliações internas realizadas no campo da educação, editadas e publicados nos últimos anos receberam, estão os questionamentos acerca do conceito de “qualidade da educação e da alfabetização” estabelecido nestas políticas públicas educacionais, que adotam metas, quase sempre definidas por organismos internacionais. Neste sentido, Mortatti (2013, p. 24) questiona: “Qualidade para quem? Em relação a que finalidade? A serviço de que ou de quem?” (p. 24).

Pautada nessas reflexões, nos atentamos às contradições advindas dos resultados dessas avaliações destacadas pelos pesquisadores de políticas públicas educacionais. Dentre os paradoxos



observados, incluem-se as inconsistências dos indicadores quantitativos que podem estar relacionadas às metas estabelecidas pelas instâncias internacionais que, muitas vezes, financiam programas com explícitos objetivos de elevação dos indicadores educacionais.

Contudo, dentre as muitas inquietações que a realização da pesquisa denotou um aspecto que, de certa forma, formulou a principal problematização desse manuscrito, vinculou-se ao esforço de analisar por que o número de estudantes matriculados no 3º ano do ciclo da alfabetização, que realizou as avaliações junto aos seus alfabetizadores, que tiveram os resultados posteriormente inseridos no SIMEC/SISPACTO/2014, não correspondeu ao número de estudantes matriculados no último ano do ciclo que participaram da 2ª Edição da ANA/2014, editada pelo INEP/ANA (BRASIL, 2015) nas respectivas turmas? Outro aspecto intrigante que os números revelaram foi às inconsistências observadas entre a quantidade de alfabetizandos que participaram das duas avaliações no que diz respeito à Língua Portuguesa: leitura e escrita e Matemática. As inconsistências aqui problematizadas encontram-se sistematizadas no próximo item.

## 5. Os critérios estabelecidos pelo INEP/ANA e as inconsistências constatadas no número de estudantes matriculados no 3º ano do ciclo da alfabetização em Mato Grosso em 2014

Os dados disponibilizados na página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)<sup>6</sup> em 2015 informaram que a partir de 2014 essa autarquia vinculada ao Ministério da Educação, passaria a publicar o Painel Educacional de cada Estado, com informações consolidadas sobre o cenário educacional das referidas Unidades Federativas. As informações foram organizadas em três aclives:

- 1) **Trajatória**, que apresenta dados do Censo da Educação Básica coletados pelo INEP;
- 2) **Contexto**, que apresenta indicadores educacionais produzidos pelo INEP;
- 3) **Aprendizagem**, que apresenta resultados de Avaliações aplicadas pelo INEP.

O referido Painel Educacional apresenta informações das escolas estaduais e municipais de todos os estados que ofertaram os anos iniciais do Ensino Fundamental. Comparamos nesse item os dados gerais disponibilizados no aclave “Aprendizagem” das escolas estaduais e municipais do Estado de Mato Grosso, correspondentes ao quantitativo de alfabetizandos matriculados no 3º ano do ciclo da alfabetização que também tiveram os resultados de suas avaliações inseridas no SIMEC/SISPACTO.

Na edição de 2014, realizada de 17 a 28 de novembro, participaram da ANA 49.176 escolas públicas de todo o Brasil com aproximadamente 2,5 milhões de estudantes matriculados no 3º ano

<sup>6</sup> <http://ana.inep.gov.br/ANA/>, disponíveis em 17 de setembro de 2015, acesso: 19 de setembro de 2015.



do Ensino Fundamental. Desse total, a representação de Mato Grosso encontra-se estruturada no quadro que segue:

Quadro 2: Escolas de Mato Grosso que participaram da ANA em 2014

Escolas/Ano	Quantidade de escolas previstas	Quantidade de escolas participantes	Quantidade de escolas resultado divulgado*
2014	352	352	303

Fonte: INEP/ANA, disponível em: <http://ana.INEP.gov.br/ANA/>, acesso: 21 set. 2015.

\*Em 2014, para atender a uma determinação do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005/2014, tiveram resultados divulgados as escolas que apresentaram taxa igual ou maior a 80% de participação dos estudantes.

O INEP (BRASIL, 2015) informou que a previsão e a participação da ANA considerariam as informações declaradas no Censo da Educação Básica no ano de 2014. Dados disponibilizados na plataforma QEdu<sup>7</sup> contabilizou 54.908 estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental em 2014 em Mato Grosso. Como afirma Fonseca (2010, p. 79), “o indicador educacional mais importante influenciado pelos dados demográficos é a taxa de atendimento escolar”. Todavia,

o Censo Demográfico sofre os problemas de uma pesquisa de sua amplitude em um país com as dimensões, as diversidades e os recursos do Brasil e, embora seus dados sejam de extrema valia, não apresenta fidedignidade absoluta, como não poderia deixar de ser (FONSECA, 2010, p. 79).

O INEP/ANA (BRASIL, 2015), definiu que para participar da avaliação, as escolas deveriam ter pelo menos 10 estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental. Os resultados divulgados correspondem às escolas que tiveram 80% ou mais dos estudantes matriculados participantes, conforme dados disponibilizados no quadro 3.

Quadro 3: Quantidade de estudantes matriculados no 3º ano do ciclo da alfabetização em Mato Grosso que participaram da ANA em 2014

Áreas	Quantidade de estudantes previstos	Quantidade de estudantes presentes	Quantidade de estudantes válidos
Escrita	14.905	11.936	11.815
Leitura	14.905	11.936	11.815
Matemática	14.905	12.265	12.206

Fonte: INEP/ANA, disponível em: <http://ana.INEP.gov.br/ANA/>, acesso em 21 set, 2015.

Em nota explicativa o INEP (2015) informou que, de acordo com o Censo Escolar de 2014<sup>8</sup>, a quantidade de estudantes *previstos* correspondia ao total de estudantes matriculados nas escolas de

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.qedu.org.br/estado/111-mato-grosso/censo-escolar?year=2016&dependence=0&localization=0&education\\_stage=0&item=](http://www.qedu.org.br/estado/111-mato-grosso/censo-escolar?year=2016&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=). Acesso em: outubro de 2015.

<sup>8</sup> O Censo Escolar é aplicado anualmente em todo o Brasil e coleta informações sobre diversos aspectos das escolas brasileiras, em especial o número de matrículas e infraestrutura. Todos os níveis de ensino são envolvidos: ensino infantil,



Mato Grosso, no 3º ano do Ensino Fundamental. A quantidade de estudantes *presentes* indicou o total de estudantes matriculados nas escolas, no 3º ano do Ensino Fundamental, que estavam presentes no dia da aplicação dos testes da ANA. A quantidade de estudantes *válidos* dizia respeito ao total de estudantes matriculados nas escolas de Mato Grosso, no 3º ano do Ensino Fundamental, que estavam presentes e que responderam a três ou mais questões dos testes objetivos (Leitura ou Matemática).

Como lemos no quadro 3, o quantitativo de estudantes que realizou a ANA de Matemática foi maior. Os dados mostram que 391 estudantes que participaram da ANA de Matemática, não fizeram a ANA de Língua Portuguesa em Mato Grosso. Essa mesma inconsistência foi observada nos números disponibilizados no SIMEC/SISPACTO, conforme disposto nos quadros 4 e 5. Diante dessas inconsistências, problematizamos: por que os estudantes não fizeram as avaliações de Língua Portuguesa e fizeram as de Matemática? Sentiram-se inseguros em relação à apropriação do Sistema de Escrita Alfabética? Para esses estudantes a Matemática é mais fácil? Esse é um aspecto intrigante e demanda outras investigações.

Em 2014, o SIMEC/SISPACTO divulgou a inserção de aproximadamente 112.238 alfabetizando matriculados no ciclo da alfabetização em Mato Grosso. Desse total, em média 33.630 mil cursavam o 3º ano do ciclo, conforme quadros que seguem:

Quadro 4: Quantitativo de estudantes, professores e turmas do 3º ano do ciclo - dados inseridos no SIMEC/SISPACTO/2014 de Língua Portuguesa de Mato Grosso

Nº Estudantes 3º ano (início): 38681	Nº Estudantes 3º ano (fim): 29653
N.º Professores (início): 1637	N.º Professores (fim): 1265
N.º Turmas (início): 1777	N.º Turmas (fim): 1350

Fonte: SiMEC.gov.MEC.br/sispacto2/sispacto2.php?modulo=relatorio/relatoriospersonalizados&acao=Acesso: em abril de 2015.

Quadro 5: Quantitativo de estudantes, professores e turmas do 3º ano do ciclo - dados inseridos no SIMEC/SISPACTO/2014 de Matemática de Mato Grosso

Nº Estudantes 3º Ano (início): 39153	Nº Estudantes 3º ano (fim): 33630
N.º Professores (início): 1651	N.º Professores (fim): 1433
N.º Turmas (início): 1797	N.º Turmas (fim): 1533

Fonte: SiMEC.gov.MEC.br/sispacto2/sispacto2.php?modulo=relatorio/relatoriospersonalizados&acao=Acesso: abril de 2015.

Entretanto, apenas 12.206 desses alfabetizando participaram da 2ª edição da ANA em Matemática e 11.815 em Língua Portuguesa (Proficiências de leitura e escrita), segundo a edição do

---

ensino fundamental, ensino médio e EJA. (informação disponível em: [http://www.qedu.org.br/estado/111-mato-grosso/censoescolar?year=2014&dependence=0&localization=0&education\\_stage=0&item=](http://www.qedu.org.br/estado/111-mato-grosso/censoescolar?year=2014&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=) Acesso: 23, jul. 2016).



INEP/SAEB/2014<sup>9</sup>. Destacamos que as turmas multis, tanto do Ensino Fundamental de 8 anos, como do Ensino Fundamental de 9 anos, não foram incluídas nesses números, portanto a diferença de alfabetizandos que participaram das avaliações, observada entre os números informados pelo INEP/ANA/2014 e pelo SIMEC/SISPACTO/2014 pode ser ainda mais acentuada.

A discrepância de 17.838 alfabetizandos que tiveram suas avaliações de Língua Portuguesa e de 21.424 de Matemática, inseridas no SIMEC/SISPACTO no final de 2014 que não realizaram a ANA/2014, pode se justificar em decorrência dos critérios estabelecidos pelo INEP/ANA (BRASIL, 2015). Porém, essa diferença chamou a nossa atenção e nos fez pensar na possibilidade de que o número de estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental, nas escolas da rede pública de Mato Grosso, pode não corresponder ao número de alfabetizandos que frequentaram as referidas turmas, mesmo por que:

As imprecisões do Censo Demográfico e do Censo Escolar afetam diretamente o cálculo da taxa de atendimento escolar. Ao mencioná-la, cabe comentar que há um entendimento disseminado de que ela não representa mais um problema significativo no país. Tal entendimento se deve aos valores acima de 96% atingidos por esta taxa no Brasil nos últimos anos para a faixa etária de 7 a 14 anos. Não se considera, entretanto, que este resultado não se verifica em todas as regiões e nem para todas as faixas etárias (FONSECA, 2010, p. 80).

Como afirma o referido autor, apesar da relevância que a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) representou, “ao combinar num mesmo índice o rendimento e a proficiência, que possuem uma relação de troca, [...] as taxas de rendimento calculadas pelo Inep têm como fonte exclusiva o Censo Escolar, o que as faz ter sua fidedignidade por ele limitada” (Idem, p. 80).

Entretanto, Fonseca (2010) problematiza que em decorrência das imediatas consequências vinculadas às imprecisões dos dados educacionais numéricos, estas são corrigidas. Por isso, as fontes de dados educacionais de maior fidedignidade têm sido os sistemas de gestão escolar. Desse modo:

Seu uso está cada vez mais difundido e é recomendável que seja incentivado, com a condição de que forneçam os dados para o Censo Escolar. Sua maior fidedignidade implica em maior exatidão das quantidades de matrículas e, conseqüentemente, mais justiça na distribuição dos recursos que nelas se baseiam. Como a omissão de dados tende a ocorrer menos nas escolas que utilizam sistemas, elas tendem a ser beneficiadas na distribuição e a generalização do uso é fator de promoção da equidade (FONSECA, 2010, p. 81).

Apesar das inconsistências apresentadas, os números informam que a oferta da alfabetização foi democratizada em Mato Grosso. Todavia, como afirma Mortatti (2013), esta democratização não se justifica porque é um direito de todos os brasileiros e nem porque é dever do estado a sua oferta,

<sup>9</sup> O INEP não divulgou os dados gerais dos estudantes matriculados no 3º ano do 1º ciclo no ano 2013 em Mato Grosso.



mas sim, porque o analfabetismo não pode mais ser empecilho para o avanço do neoliberalismo econômico e político.

### Considerações parciais

A intencionalidade desse manuscrito foi problematizar as inconsistências numéricas constatadas no decorrer da realização de uma pesquisa que teve como objetivo analisar os dados gerais concernentes à progressão dos direitos de aprendizagem dos alfabetizandos matriculados no 3º ano do ciclo nas escolas da rede pública de Mato Grosso, disponibilizados pelos professores vinculados ao PNAIC no SIMEC/SISPACTO, por meio da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Rondonópolis, Programa de Pós-graduação em Educação (UFMT/CUR/PPGEdu) em correspondência aos publicizados pelo INEP/ANA decorrentes da 2ª Edição da ANA realizada em 2014 (BRASIL, 2015).

Os cadernos do PNAIC fundamentam a avaliação como uma atividade inerente ao processo pedagógico, orientada pelo Projeto Político Pedagógico da escola. Essa concepção adota a avaliação como uma responsabilidade coletiva e particular vinculada aos direitos de aprendizagem dos alfabetizandos e à função social da educação. Portanto, ela é inclusiva por excelência e contrária às atitudes sentenciadoras. Assim,

Há a avaliação da aprendizagem dos estudantes, em que o professor tem um protagonismo central, mas há também a necessária avaliação da instituição como um todo, na qual o protagonismo é do coletivo dos profissionais que trabalham e conduzem um processo complexo de formação na escola, guiado por um projeto político-pedagógico coletivo. E, finalmente, há ainda a avaliação do sistema escolar, ou do conjunto das escolas de uma rede escolar, na qual a responsabilidade principal é do poder público. Esses três níveis de avaliação não são isolados e necessitam estar em regime de permanentes trocas, respeitados os protagonistas, de forma que se obtenha legitimidade técnica e política (FERNANDES E FREITAS, 2007, p. 18).

Diante dessas diversidades de conceitos e formas avaliativas, justificamos que a nossa defesa recaí sobre a avaliação escolar que possibilite ao educando um processo permanente de aprendizagem, de socialização e de desenvolvimento humano.

Quando nos dispomos em realizar essa investigação, estávamos cientes dos limites que recaem sobre as avaliações, tanto internas como externas, realizadas nas instituições educativas, em face de suas características pontuais, emergentes e quantitativas. Ainda em relação aos limites dessas avaliações, destacamos que é muito difícil abarcar as dimensões formativas e de aprendizagem inerentes ao desenvolvimento humano em um documento avaliativo, por isso, esses serão sempre incompletos e limitados. Entretanto, Fernandes e Freitas (2007) afirmam que a



avaliação escolar se traduz em uma reflexão constante sobre as informações obtidas por meio de atividades avaliadoras, realizadas continuamente no decorrer do processo de construção do conhecimento dos estudantes.

Retomamos aqui os aspectos vinculados à problematização desse artigo com a tentativa de compreender por que o número de estudantes matriculados no 3º ano do ciclo, que fizeram as avaliações internas, pautadas nos direitos de aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática, elaboradas e realizadas pelos seus respectivos professores, com os resultados alocados no SIMEC/SISPACTO/2014 não corresponde ao quantitativo de estudantes matriculados no último ano do ciclo que realizaram a 2ª Edição da ANA em 2014, divulgados pelo INEP/ANA em 2015, das respectivas turmas? Também pretendíamos compreender por que esses números revelaram inconsistências observadas entre o quantitativo de alfabetizandos que participaram das duas avaliações no que diz respeito à Língua Portuguesa: leitura e escrita e à Matemática.

Julgamos relevante apontar nessas considerações que geralmente as avaliações aqui analisadas, são cerceadas por pressupostos ideológicos, culturais e políticos. As inconsistências constatadas podem indicar a urgente necessidade de se repensar à articulação do número de crianças matriculadas em Mato Grosso inseridas nesses sistemas, como também dos números divulgados pelo censo da Educação em Mato Grosso.

Compreendemos que a complexa organização escolar, com seus múltiplos atores e interesses, não podem ignorar as inconsistências vinculadas aos referidos Sistemas avaliativos. A avaliação escolar é uma necessidade, com vistas a promover a inclusão de todos os seres humanos. Neste sentido, o quantitativo de estudantes matriculados fará a diferença. Compreendemos que para que as escolas de Mato Grosso caminhem para a democratização educacional no sentido de superação da dualidade que tendem em conservar, seria importante e necessária uma fidedigna definição quantitativa de estudantes matriculados.

Como já afirmamos, essas avaliações são realizadas com o pretexto de produzir indicadores que contribuam com a melhoria da qualidade da alfabetização ofertada nas escolas públicas brasileiras e, conseqüentemente, assegurar o direito de todas as crianças aprenderem proficientemente a ler, a escrever e a resolver situações problemas.

Todavia, as avaliações sejam elas internas ou externas só terão sentido se estiverem a serviço da melhor aprendizagem e não da mera quantificação de alfabetizandos e da elevação do IDEB, posto que para Mortatti (2013, p. 05), os resultados dessas avaliações, ao mesmo tempo em que demonstram importantes avanços, informam “graves problemas que dificultam o alcance das metas estabelecidas para a educação e a alfabetização, [...]”.

Em face desses argumentos e na defesa do princípio do direito de aprendizagem de todas as crianças matriculadas no ciclo da alfabetização em Mato Grosso, compreendemos a necessidade de





as políticas públicas educacionais repensem seus propósitos no sentido de criar condições que assegurem aos estudantes uma ampla formação, ou seja, que seus anseios, realidades socioeconômicas e culturais sejam reconhecidos na constituição dessas políticas e, por conseguinte, do currículo da escola e das ações pedagógicas da sala de aula, com vistas à formação de cidadãos intelectualmente críticos, reflexivos, engajados em trabalhos colaborativos em busca de uma educação que humaniza e, ao mesmo tempo, os qualifique para uma atuação responsável nas diferentes esferas da vida em sociedade. Para tanto, compreendemos que os objetivos aos quais as avaliações se propõem se efetivem para além dos indicadores publicizados.

Contudo, é importante afirmar que as inconsistências aqui apresentadas não depõem contra o trabalho realizado pelas instituições educacionais e demais autarquias envolvidas. Elas são importantes na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas educacionais, como também na avaliação da qualidade social da educação ofertada no país. Neste sentido, ressaltamos que as inconsistências observadas no decorrer da realização dessa investigação, publicizadas parcialmente nesse manuscrito, não sejam compreendidas como uma crítica ao trabalho de todos os envolvidos nesse processo, mas sim, como um indicador de possibilidades de ajustes e consequentemente de melhores ofertas educacionais.

#### **Abstract**

This manuscript aims to problematize observed inconsistencies in relation to the number of literacy students who carried out the evaluations published in the Integrated System of Monitoring and Control (SIMEC) / Monitoring System of the National Pact for Literacy in the Right Age (SISPACTO) in 2014, compared to the evaluations Edited by Instituto de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) / National Literacy Assessment (ANA / 2014). The article contextualizes aspects of a qualitative research carried out within a postdoctoral stage that investigated the progression of the Mato Grosso students enrolled in the 3rd year of the cycle, published in said Systems. The data that compose the corpus of the analysis indicate, among other aspects, that the inconsistencies may indicate the concern of educational institutions to prove goals established by international and national organizations, resulting from extensive negotiations, with a view to ensuring better statistical results and better positions for the Country in world rankings.

**Key words:** Literacy. Evaluation. SIMEC/SISPACTO. INEP/ANA.

#### **Referências**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio a Gestão Educacional. **Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa**. Avaliação no Ciclo da Alfabetização: reflexões e sugestões. Brasília: 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação Nacional da Alfabetização**: relatório 2013-2014: volume 2: análise dos resultados. Brasília, DF: INEP, 2015.



BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade.** Organização: Janete Beauchamp, Sandra Denise Pagel e Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: 2007, 135 p.:il.

CARDOSO, C. J.; CARDOSO, A. L. J.. Formação continuada no contexto do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: alinhamento entre práticas, princípios formativos e Objetivos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 89-106, jan./abr. 2016. Disponível em:<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 20 abril 2016.

FERNANDES, Claudia de Oliveira e FREITAS, Luiz Carlos de. Currículo e Avaliação. *In.*: BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação.** (Orgs.) BEAUCHAMP, Janete *et al.* Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.MEC.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em: 10 de junho, 2015.

FONSECA, Gilson Luiz Bretas. **Qualidade dos Indicadores Educacionais para Avaliação de Escolas e Redes Públicas de Ensino Básico no Brasil.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppge/files/2010/07/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Gilson-Luiz-Bretas-da-Fonseca-2010.pdf>. Acesso em: 17/08/2017.

GOODSON, Ivor F. **As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas.** Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARCONI, M. A. & LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Um balanço crítico da “década da alfabetização” no Brasil. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 33, n. 89, p. 15-34, jan.-abr. 2013. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em março de 2016.

NAJJAR, Jorge. O Sindicalismo dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ) e disputa pelo conceito de qualidade da escola *IN*: TORRES *et alii* **Educação e fronteiras políticas.** Cuiabá: EdUFMT, 2006.

